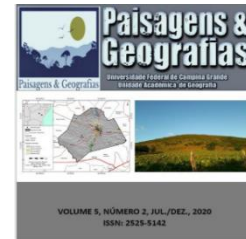




ISSN: 2525-5242

REVISTA PAISAGENS
& GEOGRAFIAS

*Landscapes &
Geographies Journal*



DIÁLOGOS COM O PORVIR: A AMÉRICA LATINA NA ENCRUZILHADA ENTRE A OPRESSÃO E A EMANCIPAÇÃO

Thiago ROMEU¹

1. Prof. Dr. Unidade Acadêmica de Geografia. Universidade Federal de Campina Grande.

RESUMO

A globalização aprofundou o mundo na fantasia econômica do neoliberalismo que tem impedido a realização de uma política verdadeiramente plural, democrática e garantidora dos direitos civilizacionais. Esta fantasia tem uma materialidade brutal quando espacialmente analisada. A contradição entre os espaços de intensa vivência cidadã e aqueles desprovidos de qualquer garantia de humanidade são resultados da construção de um mundo pautado na modernidade ocidental que teve como geografia fundante, mas não-hegemônica, a América Latina. É no processo de colonização e na manutenção da colonialidade que se erigiu uma espacialidade nova em sua dimensão técnica, econômica e política, porém mantendo fundamentos arcaicos da opressão de povos sobre outros. Como se engendraram os processos que levaram o mundo a mergulhar neste contexto inigualável de desigualdades que acentuou como nunca as desigualdades regionais globais? Como a América Latina se colocou neste processo e qual o seu destino? Como o Brasil contribuiu para este cenário e como poderá se colocar no porvir? A urgência das respostas a estas questões tem caráter impositiva nas análises regionais, em especial neste contexto da pandemia do novo coronavírus quando o Brasil tem se mostrado um risco global e toda a macro-região latino-americana tem sido dramaticamente afetada. Ao que parece, a peste que se mundializou tem apontado os limites planetários do antropoceno e acenado à uma nova geopolítica assentada em pilares humanitários que superam a lógica desenvolvimentista e neoliberal. Este ensaio propõe interligar os percursos histórico-discursivos da construção da América Latina como espaço de exploração global e o papel do Brasil enquanto ator destacado da região. Esta narrativa considerará a América Latina como uma espécie de “útero” que alimenta a esperança de um novo rebento e um novo destino.

Palavras-chave: Região, América Latina, Colonialidade, povos originários

1. INTRODUÇÃO

Este texto é resultado de reflexões elaboradas a partir da participação do autor em três diálogos virtuais em razão da COVID-19 e que tinham a pandemia como tema ou problemática. É lastimável constatar que, no momento da escrita, mais de um ano após o início do contágio no Brasil, e meses após a participação nestes eventos, a situação não melhorou, ao contrário, piorou muito. As mortes somam quase 600 mil pessoas e os casos de contágio registrados já chegam a mais de 10% da população, que observa atônita, indignando-se ou, em triste constatação, numa pequena parte desdenhando em torpe insensibilidade. O grupo da população que tem esta atitude perversa é liderada pelo ainda presidente Jair Bolsonaro (ou anti-presidente, como diz a jornalista Eliane Brum).

Os eventos acadêmicos em questão foram o Seminário Virtual “A mobilidade Populacional e a COVID-19”, promovida pelo Instituto de Geociências da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), o diálogo apresentado no II Colóquio do Laboratório de Estudos sobre Política, Território e Cultura (LEPolITC/UFCG) e a participação na IX Semana de Geografia, na mesa “Tendências das Relações Internacionais e da Integração Regional no Contexto (Pós)pandêmico”, organizada pelo Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

Há de considerar, inicialmente, o fato que a propagação do coronavírus e a manifestação em escala global da COVID-19 assinalam uma inflexão da história humana. Mas tal paroxismo se dá por elementos externos ao fato epidemiológico. O presente ensaio visa argumentar que a realidade experimentada a partir do início de 2020 que tem forçado uma revisão de toda a agenda global, precipitou, isso sim, decisões e ações do *establishment* global, pautado numa lógica de financeirização da humanidade, desarticulação da vida comunitária e aprofundamento da colonialidade do Saber, do Poder, do Imaginário, do Ser e da Natureza especialmente neste canto do planeta conhecido como América Latina. Tais decisões pautaram-se na lógica macroeconômica conhecida como neoliberalismo que possui caráter doutrinário e rebatimentos que abrangem amplo espectro da civilização, desde a macroeconomia até as dinâmicas íntimas do cotidiano. Este processo nos trouxe ao momento atual de agudo quadro de desarranjos sociais cujos desdobramentos já são visíveis espacialmente, mas ainda são incógnitas na totalidade dos seus desdobramentos.

Longe de ousar uma análise diagnóstica e a elaboração de prognósticos, o texto tenta relacionar o quadro econômico-espacial atual ao seu desenrolar histórico, destacando o papel subalterno sempre atribuído à macro-região (?) latino-americana. Parece-nos oportuna e necessária uma integração global sobre novas bases, uma nova ordem global (o que vem sendo chamado por alguns de “ordem pós-corona”), mas as agendas estão em franca disputa e pelas

quais os agentes capitalistas tem metamorfoseado discursos e ações com vistas às pautas “verde e digital”¹. Contudo, como já apontava Ulrich Beck, pensar globalmente só é válido a partir das ações gestadas em escala local e que puderem ser percebidas em âmbito regional. Necessariamente, refundando as lógicas que regem os princípios atuais da integração regional, pautadas exclusivamente pela competitividade entre os lugares (guerras dos lugares [SANTOS, 2002]) e no pensamento abissal (SANTOS, 2010). Não obstante, parece oportuno identificar alguns atores e processos desta nova ordem em disputa que pode estar em vias de ser parida.

O fato é que a difusão do vírus, primeiramente detectado na província de Wuhan, na China, nos derradeiros dias de 2019, fez surgir uma série de teorias da conspiração em torno de uma suposta busca por hegemonia econômica deste país. Propaladas, sobretudo, pela nova direita mundial (*alt-right*) fingem ignorar que tal posição a China já ocupa e em breve se tornará a principal economia no mundo, independente da ação do vírus, além do fato de que, se verídica fosse a informação, seria uma excrescência e total ignomínia geopolítica, além de auto-boicote, posto que é desnecessário descrever a inconsequência que é permitir a disseminação de um vírus de alta contaminação no próprio território.

A expressão “mundo”, tratada acima escamoteia um sentido mais profundo que nos liga ao macrossistema que a todos engloba e que muitas vezes tem o sentido oposto ao que se deseja enfatizar: o de planeta. Do ponto de vista natural, a pandemia gerada pelo novo coronavírus, não passa de mais uma que se abate sobre uma espécie viva, na permanente busca que o sistema planetário engendra para não permitir a prevalência de uma espécie sobre outras. Tal mecanismo deveria, à medida que a humanidade vai conhecendo este enorme geossistema global, calar os teóricos conspiracionistas: a COVID-19 não é a primeira e nem será a última moléstia que os humanos enfrentarão para a manutenção da sua existência no planeta e, ao que parece, novas doenças aparecerão muito mais rapidamente que as possibilidades de prevenção e menos ainda de cura.

A intensidade da sanha consumista de espaços naturais que tem marcado o Antropoceno é muito maior e mais rápida que a nossa necessária mudança de hábitos em prol de cuidado e preservação tanto dos espaços naturais quanto dos povos que vivem em harmonia com seus ambientes. Portanto, do ponto de vista teórico, é urgente articular a noção de região às novas demandas planetárias, que envolvem a construção de um novo sistema-mundo e, quem sabe,

¹ *Japão defende aliança com EUA, Austrália e Índia contra a China*. Folha de S. Paulo, 29/01/2021. Na matéria, o jornalista Igor Gielow informa que o primeiro ministro do Japão, Yoshihide Suga, apontou no Fórum Econômico Mundial 2021 que seu país envidará esforços em prol da “ordem pós-corona”, que, pelo que se deduz da reportagem, terá propósitos muito próximos da agenda competitiva neoliberal, mas com responsabilidade ambiental.

encaminhar uma “outra globalização” (SANTOS, 2000) com vistas à manutenção da vida em sentido pleno, a construção de um verdadeiro “bem viver” (ACOSTA, 2016).

Visando aprimorar a compreensão do cenário posto, salta aos olhos a relevância que algumas regiões geográficas têm tido atualmente, o que, para o escopo da Geografia, reafirma o valor do clássico conceito de região. Tanto o conceito quanto o valor empírico das regiões fazem com que suas características estejam capturando mais e mais os entendimentos capazes de dar sentido aos dias atuais. Convergingo com esta noção, a América Latina, tem soado como região de destaque na atualidade, seja por seu permanente papel de fornecedor de bens naturais e trabalho barato, seja por sua atual condição de descontrole da COVID-19 (levando em consideração que um fato se desdobra no outro).

A América Latina erigiu o pensamento moderno-colonial europeu, pois se no século XVI engendrou uma nova dinâmica para a história humana por meio da exploração de um conjunto de ambientes e modos de vida, agora, de nosso ponto de vista, retoma este lugar central para encaminhar novas diretrizes para a história humana e planetária. Os discursos de resignificação da América Latina têm proposto a superação os abismos de distinções visíveis e invisíveis impostos pela modernidade ocidental, construindo e avançando na direção de um pensamento e de práticas pós-abissais (SANTOS, 2010).

Para tentar dar conta da proposta, este ensaio foi dividido em cinco partes. Na primeira, resgataremos momentos que contribuíram para chegarmos ao estado social e político do mundo ocidental, tentando articular com a segunda parte que apresenta o contexto da formação da América Latina em concomitância com a modernidade/colonialidade. Em seguida, será contextualizado o Brasil a partir da situação geográfica de onde enxergamos a realidade: o Nordeste brasileiro; na quarta etapa, tentaremos articular a ideia de colonialismo interno e regional constituintes do cenário geográfico que nos rodeia. Finalmente, tentaremos refletir sobre algumas alternativas para um projeto de leitura geográfica da América Latina que vislumbre a emancipação dos povos que aqui habitam.

Contexto Global/Regional na manutenção do Sistema-Mundo Moderno-Colonial

O historiador Eric Hobsbawm (1917-2012) apelidou o século XX como a “Era dos Extremos” (1994), um século breve cujos processos construíram decisivamente novos significados para o termo modernidade. Um tempo de contradições tão marcantes que este século poderia ser caracterizado por elas: riqueza/miséria; capitalismo/socialismo; oriente/ocidente; civilização/barbárie etc. Foi marcado por fatos que “inovaram” a comunhão muitas vezes torpe entre política e economia trazendo ao mundo ou recrudescendo movimentos

que reafirmaram localismos e regionalismos, fragilizando muito as iniciativas de construção de uma ideia de mundo e de humanidade. Tais fatos e processos contrariaram, constrangeram e conspurcaram o incipiente discurso sobre “cidadania universal” e mesmo sobre “humanidade”. Em realidade, subjacente à narrativa de igualdade, fraternidade e liberdade universais plasmadas na lógica do desenvolvimento, sempre se ocultou uma profunda desigualdade global, que nestas primeiras décadas do século XXI tornou-se inegável e, por isso, passou a ser identificada, mensurada e explicada, inclusive sobre os tais *players*. Nem assim, o mundo logrou se unificar em torno de uma pauta de garantias de direitos dos valores que nos tornam humanos.

Estas aparentes contradições, na verdade, são intrínsecas ao sistema em vigência, alcunhado pelo sociólogo Immanuel Wallerstein de Sistema-Mundo Moderno e são relativos à disputa por papéis entre os estados-nacionais que são categorizados em um modelo de regionalização que os distingue em centrais, semi-periféricos e periféricos, frente à lógica capitalista predominante. À sua teoria, Anibal Quijano (2003) agregou a noção de Colonialidade do poder, segundo a qual, as regiões centrais só ocupam este papel porque antes construíram sua condição moderna mediante a dominação de regiões e extermínio e/ou escravidão de populações inteiras por meio da empresa colonial. A Colonialidade seria, portanto, condição intrínseca a modernidade. Logo, não se pode tratar de uma sem a outra. É desta desigualdade original que deriva o permanente desequilíbrio econômico e social entre as sociedades e regiões. E tal desigualdade expõe, desde os espaços colonizados, as fissuras do estado “westifaliano”² (HAESBAERT & PORTO-GONÇALVES, 2006) fundados que estão nas contradições da condição colonial.

No processo des-refazimento do sistema-mundo moderno-colonial, ao longo do século XX, capitalistas e socialistas reeditaram o antigo cisma entre o Oriente e Ocidente, trazendo para as esferas da diplomacia e da guerra antigas diferenças culturais em cujos desdobramentos, no fim do século XX, revelaram-se em diferenças econômicas perversas, em certa medida programadas e tornadas ação política. A desigualdade de poder entre as nações, construindo uma “colonização da realidade pelo discurso do desenvolvimento” (LANDER, 2003, p. 30) foi tornada premissa de que as nações deveriam se organizar em torno de uma mesma noção geral. De tal modo que a cisão Oriente/Ocidente foi substituída por uma evidente divisão Norte/Sul

² O Estado “westifaliano” é um neologismo que faz referência a chamada “Paz de Westfália”, um conjunto de tratados assinados em cidades na região de Westfália, na Alemanha. Este conjunto de tratados encerrou a Guerra dos 30 anos e estabeleceu os fundamentos para o direito internacional, reconhecendo os princípios da soberania territorial, da autodeterminação dos povos e da diplomacia internacional. Estão em Westfália os princípios do estado moderno e subjacente à eles o direito à posse e domínio de colônias, visto que as colônias, bem como seus povos, não eram considerados entes políticos e, a depender dos povos, sequer eram reconhecidos como gentes.

globais, com o poder se concentrando nos países do norte, não por acaso, chamados também de desenvolvidos.

A disputa por domínio de áreas fez da geopolítica mais que uma discussão acadêmica vinculada a estratégias militares. Embora passe por ostracismo acadêmico decorrente do seu declínio pós II Guerra (LACOSTE, 1993; VESENTINI, 2005), os Estados Maiores, ao contrário, operam-na intensamente com vistas ao permanente rumor de conflito em voga durante a Guerra Fria em uma permanente medição de forças. Isto popularizou o medo de um conflito nuclear generalizado e semeou mitos que embalaram teorias conspiratórias de dominação mundial.

O momento determinante foi o período subsequente à Segunda Grande Guerra. A partir dos anos cinquenta, o recrudescimento das ações de violência do estado tornam-se mais efetivos e institucionais em escala planetária. A pretexto da disputa ideológica global entre as duas grandes potências, dois movimentos são realizados pelas máquinas estatais mundo afora, um externo e outro interno.

O movimento externo é aquele marcado por guerras regionais ou por uma permanente polarização diplomática em torno dos eixos capitalista e socialista. Países em todos os continentes, na periferia do mundo capitalista, enfrentaram crispas políticas que escalaram, em diversos casos, até guerras fratricidas sangrentas, sempre articuladas à disputa entre Ocidente e Oriente, reafirmando a geopolítica polarizada pela URSS e EUA. O processo de descolonização da África, por exemplo, se espalha por todo o continente em função das consequências deletérias da exploração dos europeus. Enormes quantidades populacionais das periferias do mundo são levadas à busca desesperada por refúgio circulando entre as fronteiras das mesmas periferias do mundo, ou seguindo rumo ao “mundo desenvolvido”. É neste fluxo que se consolidam espaços de territorialização precária nomeados por Haesbaert (1995) como “aglomerados de exclusão”.

É deste contexto que derivam ideias que viriam a grassar após a queda do Muro de Berlim, ideias que evocavam o “fim da História” (FUKUYAMA, 1992), da hipervelocidade da informação e efemeridade das relações (VIRILIO, 1996; BAUMAN, 2001). As discussões em torno da emergência deste “admirável mundo novo” se fundamentam na materialidade dos processos que reafirmam, ao contrário do que se bradava, a força das regiões, especialmente no que tange a hegemonia de algumas sobre todas as demais. Ideias como a de Kenechi Ohmae (1996)³, mostram-se falhas porque a lógica do capitalismo globalizado seleciona espaços

³ Ohmae argumenta em favor do fim do Estado-nação em benefício de regiões integradas com vistas à formação de macrorregiões regidas por estruturas supranacionais capitalistas. Fundamenta-se na influência espacial das “cidades-regiões” para advogar em benefício dos “Estados-regiões”.

ótimos para investimentos que corresponderão aos tais Estados-regiões, deixando de lado um imenso conjunto de regiões totalmente excluídas ou incluídas precariamente nesta nova lógica territorial. Além do fato de que o Estado ainda se colocam, geralmente nestes espaços opacos, às margens do capitalismo hegemônico, em bases “velhas”, mantendo os regionalismos que estruturam relações de poder nestes Estados, como no caso atual de Gana (SANTOS, 2021) e da América Latina na segunda metade dos anos 2010.

A certeza que somos parte do cosmo planetário foi, pela primeira vez, difundida para todas/todos, ao mesmo tempo que nos dividimos como nunca antes em países e microcosmos políticos. Localismos/regionalismos se disseminaram ao limite (THRIFT, 1996), ao mesmo tempo em que se erigiram megablocos regionais cujos propósitos visavam estritamente benefícios econômicos para grandes grupos empresariais, especialmente aqueles do setor financeiro, algo, até então, inédito na história humana. A contradição discursiva se sustentou sobre a noção de que os benefícios macroeconômicos desta rede de negócios supranacional, antes interessava às populações abarcadas nestas regiões que às corporações que as explorava.

Este discurso sobre a globalização pautou uma nova perspectiva sobre a categoria “região”⁴, apontando para uma aparente homogeneização globalizadora (HAESBAERT, 2010). O que conduziu, de modo sistemático, grande parte dos processos geográficos ainda em voga, construiu espaços, moldou ideologias e promoveu políticas públicas quase sempre em detrimentos dos que seriam os “beneficiários diretos” delas.

Já o movimento interno, a outra ação estatal foi para dentro dos próprios estados-nacionais, marcada por atos de repressão e deslegitimação de ações civis organizadas que visavam a garantia de direitos humanos e que quase sempre foram originados no seio das sociedades civis e reprimidas por seus respectivos aparelhos estatais. A repressão não pode ser considerada atributo de estados capitalistas ou socialistas, em estados de matizes ideológicos de ambas orientações políticas, seja no Ocidente ou Oriente, a repressão a grupos de oposição quase sempre redundou em extrema violência e execução de adversários. Mas são estes grupos subalternizados pela ação do estado que assumem papel de vanguarda e centralizam sua agenda na igualdade de direitos. Num e noutro hemisfério estes grupos obtêm vitórias relevantes, sobretudo Europa e EUA, com as marchas pelos direitos civis e os movimentos de maio de 1968. Não obstante, no mundo oriental garantias humanas foram menos asseguradas, todavia, ainda assim, há marcos que enfatizam que a violência do estado não logrou o silenciamento

⁴ Sendo esta talvez a categoria mais utilizada ao longo da história da Geografia moderna, e pelo fato de gerar muita controvérsia, a “região” será aqui pensada “nos processos de regionalização [...] a regionalização deve estar sempre articulada em análise centrada na ação dos sujeitos que produzem o espaço e na interação que eles estabelecem, seja com a ‘primeira’ (cada vez mais rara, como já reconhecia o próprio Marx), seja com a ‘segunda’ natureza” (HAESBAERT, 2010, p. 25).

desejado. A saída dos ingleses da Índia, é um marco neste sentido. Vale reafirmar que movimentos emergiram a partir de grupos intelectualizados em perseguição nos seus países e/ou por setores subalternizados destas sociedades. Em geral, setores perseguidos ou explorados pelas elites hegemônicas que controlavam o aparelho estatal. É este o marco temporal que enuncia um conjunto de novos discursos que ampliam e aprofundam questões que ultrapassam a luta de classes sociais. No fundo, são discursos que evocavam a implementação de um estado de bem-estar, que não se reduz aos aspectos econômicos da vida, mas que os ultrapassa. A ampliação da democracia, os garantia dos direitos humanos, a desobediência civil, a liberdade afetiva, a igualdade de gêneros e o alerta para o esgotamento dos recursos planetários são novas pautas que tem contribuído para formar uma cosmovisão mais abrangente que passou a pressionar mudanças.

É importante mencionar que, ao menos com mais evidência na América Latina, marcadamente a partir dos anos 2000, tem ocorrido uma convergência da unidade discursiva mesmo no interior do Estado burguês. Isto tem sido resultado da participação mais ativa de movimentos populares, que mesmo esbarrando nos processos hegemônicos impostos pelas elites, parecem irromper pelas fissuras do sistema dito “democrático”. Muito deles de origem rural e campesina, conseguiram eleger membros dos parlamentos e governos de matiz ideológico sensível às causas dos subalternizados. E neste ponto parece residir um importantes elemento distintivo dos períodos anteriores de dominação das elites.

América Latina como tributo ao mundo moderno-colonial

A enorme massa continental batizada pelos europeus como América, desde sua invenção, usurpando as diversas nomenclaturas dos originários, esbarra em disputas e dicotomias.

A primeira questão que se necessita apresentar é que o termo América Latina é resultado de enormes disputas de sentidos de mundo. Há que se considerar que o imaginário latino-americano foi criado de fora para dentro, mas uma vez criado foi assumido localmente. Disso resulta a ideia de que o topônimo para esta região deveria ser abandonado por não ser resultado das reflexões dos povos que nela habitam. Pedro Quental (2012) fez um relevante levantamento do conceito de América Latina, mostrando por exemplo que “a elite crioula em ascensão ao mesmo tempo em que marca sua ruptura política com a Europa, mantém sua dependência subjetiva com o modelo de sociedade europeu” (p. 69). Em vários países da América Latina, as lutas de independência da metrópole colonizadora visaram apenas substituir o agente externo por elites europeizadas ainda mais colonialistas quanto aquelas das metrópoles. Foi assim na

Argentina (ZUSMAN, 2007), no Paraguai (POZZO, 2014), na Bolívia (CUSICANQUI, 2010), no Peru (RIGON, 2020) entre outros países. E no Brasil não foi diferente.

A consciência dos povos originários da região tem levado muitos a identificar esta massa continental pelo termo utilizado pelo povo Kuna – ou Guna – da Colômbia e Panamá, uma vez que “a expressão Abya Yala⁵ vem sendo cada vez mais lembrada pelos povos originários do continente como um esforço de construção de unidade e pertencimento” (PORTO-GONÇALVES, 2006).

O topônimo Abya Yala expressaria a consciência da história trágica da colonização, ao passo que permitiria uma unidade em torno da luta por emancipação dos povos atuais e reverência pela luta e resistência histórica. Por outro lado, criou-se uma identidade dos povos subalternizados sobreviventes do extermínio ou da escravidão em torno do gentílico “latino-americano”, o que daria a esta expressão outro sentido, um sentido libertário que precisa ser ressignificado. Lélia Gonzalez (2020) talvez nos mostre o melhor exemplo ao reivindicar a “amefricanidade” dos povos resultante da opressão sexista-patriarcal e racial, um feminismo afro-latino-americano.

Para efeitos da argumentação aqui proposta, trataremos desta macro-região como América Latina. Além da questão acima, sobre a qual retomaremos ao fim a discussão, a complexidade da definição toponômica do que é esta macro-região dá pistas da disputa política em torno do imaginário que se quis aqui construir. A noção de um continente partido sempre esteve presente. Há várias dicotomias espaciais que evocam a divisão das Américas em duas. Primeiro a noção de litoral e sertão (com variações como “costa e serra” no Peru⁶), depois como Américas do Norte e do Sul e, posteriormente, do Pacífico e do Atlântico (CARILLAS, 1995). Mas a noção regional mais amplamente difundida e questionada é a de América Latina em contraposição àquela dos estadunidenses⁷. E sobre a primeira é que iremos nos debruçar.

⁵ Abya Yala significa algo como “terra madura”, “terra em florescimento”, “terra plena”. Era utilizado pelos Kuna/Guna como topônimo para o que se conhece como América.

⁶ Rigon (2020) aponta a vigorosa distinção entre estas duas espacialidades como definidoras da formação econômica e social do Peru: o litoral desenvolvendo um capitalismo empresarial de alta exploração proletária e a serra, basicamente indígena, camponesa com vínculos servis de trabalho.

⁷ Segundo matéria publicada no jornal *Clarín* (“¿América latina o Sudamérica?”, 16/05/2005), o termo foi utilizado pela primeira vez em 1856, numa conferência do filósofo chileno [Francisco Bilbao](#) e, no mesmo ano, pelo escritor colombiano [José María Torres Caicedo](#) em seu poema *Las dos Américas* e consolidada geograficamente pelo padre missionário francês Emmanuel Domenech, que estabeleceu os limites da macroregião que envolvia desde o México ao extremo do chamado Cone Sul. Mas, de acordo com Oliveira (2001) citando Rouquié, o epíteto “latina” foi usado pelo Império Francês de Napoleão III, na ocasião da invasão francesa no México (1863-1867) como forma de impedir a influência dos estadunidenses na região, visto o impulso geopolítico a partir da Doutrina Monroe, que bradava a máxima “a América para os americanos”. Desde sua aparição, o termo evoluiu para designar e compreender um conjunto de características culturais, étnicas, políticas, sociais e econômicas.”

O quadro apresentado até aqui, serviu como contexto para a compreensão do da divisão regional do planeta em meio à predominância do estado-nacional como elemento indutor dos processos histórico-geográficos. A partir daqui pretendo apresentar como este quadro forjou alguns processos que se consolidaram e insistem em se manter inalterados até o momento em especial na América Latina.

Esta região se consolida na divisão internacional do trabalho como produtora de commodities e de mão de obra barata. Tal trajetória legou aos latinoamericanos a miséria crônica e o caudilhismo de elites arcaicas servas do poderoso da ocasião. Sobre isso, disse-nos Eduardo Galeano,

[...] Desde sempre incorporadas à constelação do poder imperialista, nossas classes dominantes não têm interesse em averiguar se o patriotismo resultaria mais rentável do que a traição ou se a mendicância é realmente a única forma possível da política internacional [...] (GALEANO, 2015, p. 20).

Estas mesmas elites que aceitam resignadas sua condição subalterna para serem hegemônicas no território em que são déspotas promovem em momentos distintos, desde os fins do século XIX e principalmente a partir da segunda metade do século XX, uma industrialização de baixa tecnologia, numa lógica de substituição de importações, regida por princípios antidemocráticos e reacionários capazes de garantir sua manutenção na hegemonia local frente às potências, mormente as capitalistas, mas também assediadas pela potência soviética.

Esta subordinação asseverou o estigma que se consolidou na “invenção” das características da América Latina (muito antes deste topônimo ser evocado) já no momento de sua invasão, ainda no século XIX, qual seja, uma terra para exploração e cujos povos originários e trazidos compulsoriamente se definem pela forja do trabalho⁸. Mas argumentamos aqui que se desta região surgiu a lógica mundializada de exploração de macro-regiões, talvez dela possa vir a antítese que ponha fim neste infausto destino, como veremos na parte final do texto.

O projeto de integração latino-americana começa a tomar forma já no século XX, a partir da criação da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), em 1948, mas por toda a segunda metade do século este intento foi solapado até atingir a fragilidade econômica na qual se encontra nesta segunda década do século XXI. Parte significativa deste solapamento deriva de a região ter sido o “laboratório” para a implementação de uma nova lógica econômica

⁸ Segundo variadas fontes historiográficas (incluindo o Frei Vicente do Salvador, que escreveu a primeira História do Brasil), o termo “brasileiro” se referia aos trabalhadores que extraíam o pau-brasil da floresta e tinha conotação pejorativa. Cf.: <https://veja.abril.com.br/blog/sobre-palavras/brasileiro-a-palavra-ja-nasceu-pegando-no-pesado/>. Acesso em 20/07/2021.

pautada na competitividade, na eficiência que tornava os estados nacionais como empresas. Primeiramente no Chile, depois Argentina, México, Peru, Brasil e outros países sofreram intensas transformações institucionais como resultado desta nova narrativa, conhecida como neo-liberalismo, mas que no limite, acabou por reforçar a hegemonia de elites arcaicas inovando apenas ao superdimensionar o poder dos agentes econômicos financeiros, especialmente bancos e fundos de pensão.

Antes, porém, a crise do petróleo, em 1973, precipita esta nova lógica econômica a partir de uma narrativa que se pauta pela redução do estado de bem-estar social (nos países e regiões onde tal condição foi alcançada) e pela inviabilização desta mesma condição nos países econômica e militarmente mais dependentes. Esta nova lógica liberal, reduziu a força do estado como indutor de condições amplas de bem-estar (as mesmas condições evocadas nos discursos e manifestações da nova intelectualidade dos países desenvolvidos, do que se depreende que para que houvesse a garantia de bem-estar social nos países do norte global era preciso manter a exploração no sul, onde se encontra a América Latina).

No mesmo ritmo que se ampliava a lógica liberal pautada no mercado de consumo, nas finanças, na busca frenética por mão de obra barata, desregulamentada e abundante, também se ampliava a sanha por espaços naturais, produtos minerais e biológicos tidos apenas como recursos e insumos. Minérios, madeira, água, alimentos, as *commodities* em geral, substâncias de interesse farmacológico, além dos corpos humanos para trabalho, tornam-se alvos de um capitalismo agora mundial que se desloca em velocidade cada vez mais rápida e explota áreas amplas de todas as latitudes e meridianos e reduz corpos humanos a meros produtores de trabalho mal remunerado, quando não escravizados⁹.

Apesar do discurso em contrário e da criação de instituições multilaterais que apelam para valores humanistas, o mundo vive no pós-Guerra, portanto, o ápice do seu descolamento dos princípios que regem uma ética dos valores humanos. As diversas indústrias passam a consumir os recursos naturais como nunca em escala global. O conhecimento científico se consolida não só como saber hegemônico, mas como produtor de técnicas de dominação e destruição de criaturas e ambientes naturais, como se natureza os humanos não fossem (embora, como reação, tenha sido neste momento que surgiu o discurso ambiental, levando a primeira grande discussão internacional sobre degradação ambiental, a Conferência de Estocolmo, em 1972).

⁹ São diversos os relatos de trabalhos escravos no Brasil e no mundo, mas a escravidão moderna não se restringe a ações deliberadas de exploração física sob a ameaça de um capataz em permanente vigilância, as pessoas são escravizadas muitas vezes por pressão psicológica de uma suposta “dívida” ou mesmo como forma de pagamento de uma pena a justiça. Cf.: <https://www.conjur.com.br/2014-set-13/fimde-trabalho-presos-eua-forte-controverso-nunca>; <https://www.conectas.org/noticias/como-a-lei-brasileira-define-o-trabalho-analogo-ao-escravo>. Acesso a ambos em 29/03/2021.

É também nesta segunda metade do século que mais uma etapa das contradições vigentes na sociedade moderno-colonial se explicita em escala global: a dicotomia rural/urbana. A mesma lógica apontada por Marx ainda no século XIX, na ocasião da Revolução Industrial inglesa, agora se verifica nas sociedades resultantes da colonização. Todavia, agora a dinâmica técnico-financeira se associa às dinâmicas de produção agrícola e ampliam os lucros de conglomerados agropecuários e grandes produtores rurais, além de tomar posse de imensas parcelas dos territórios agrários em países com pouca ou nenhuma proteção aos pequenos agricultores. Tal processo acentuou o que já ocorria desde os anos 1950, quando milhões de pessoas em todo o mundo, especialmente na América Latina, deslocaram-se das áreas rurais pobres para periferias de metrópoles, numa urbanização global, associada a formação de enormes parques industriais, com intensa demanda por mão de obra e por estrutura urbana que garantiu moradias de baixo padrão construtivo em periferias nas franjas urbanas, em cortiços e favelas em áreas centrais depreciadas ou portuárias em estado de obsolescência. É esta força de trabalho de baixa remuneração que vai se agregando sobretudo à lógica capitalista de maneira subalterna e inferiorizada (GEORGE, 1981; LACOSTE, 1981; SINGER, 1973).

Constata-se, portanto, um paradoxo. Ao mesmo tempo em que se tenta criar um modelo ético pautado numa proposta de cidadania universal, ratificada na Declaração dos Direitos Humanos (1948), a postura do establishment internacional inviabiliza uma implementação universal de tais direitos, visto que nas contradições do próprio sistema-mundo moderno-colonial são erguidas barreiras de toda ordem para sua realização. Um dos aspectos mais relevantes na manutenção destas barreiras é a que foi engendrada a partir do “Choque do Petróleo”, em 1973. Os novos modelos macro-econômicos aprofundam a ideia de que o estado-nacional pautado nos princípios do liberalismo clássico e da indução do desenvolvimento, deveria ser encolhido em benefício de uma hipertrofia do mercado em todos os âmbitos da vida. O neoliberalismo como política macroeconômica parecia inovar ao impedir que os estados e suas sociedades ficassem à mercê da volatilidade das commodities. Mas, desde sua implementação, passou a descolar a renda e a centralidade da economia do capital produtivo para o financeiro e rentista, terminando por promover uma desconexão da produção capitalista do seu par antagônico, a classe trabalhadora. O que parece ter gestado uma nova ética menos afeita à lógica dos direitos e garantias universais e mais voltada à sociedade de consumo, pois como nos mostra Pierre Dardot e Christian Laval (2016), o neoliberalismo não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida (p. 7).

É neste ambiente confuso que surge o personagem do “self-made man”, este indivíduo pouco protegido em suas condições de trabalho, que acredita que unicamente pelo seu esforço individual conseguirá prosperidade financeira. Na América Latina, como em outros continentes, esse discurso se aprofundou desde o fim do século XX, propiciando a ampliação de uma economia de trabalho informal e/ou precarizado. Não foi estranho, portanto, o avanço rápido de discursos religiosos e formas de interpretação da realidade que pregavam o enriquecimento pessoal ilimitado combinado ao discurso da economia do livre mercado e livre iniciativa. Como trataremos adiante.

O Contexto particular que nos abarca

Tratar a globalização como um processo de culminância do sistema-mundo moderno-colonial, não nos parece exagero, e o mecanismo adotado para tal finalidade, sem dúvida, é o neoliberalismo. Tal contexto, é traduzido como “um novo tempo”, marcado fatidicamente pela derrocada do “mundo socialista” (VELOSO; MARTINS, 1999). E são estes alguns aspectos que estruturam a globalização: discurso de valorização do indivíduo (inclusive dos direitos que se transmitem de humanos para o do consumidor), da capacidade pessoal de ascensão social, do “higienismo” ecologicamente correto e da “luminosidade” de lugares e paisagens para consumo. Este elenco de aspectos é importante para delimitar como vai se combinar os problemas sistêmicos, para os quais não tivemos até agora capacidade para resolver, com as questões de ordem local, mas tendo na questão regional seu elo constituidor e, também (suponho) seu desenlace. Estes problemas são, na verdade, sintomas de condições arraigadas em nossas identidades mais fundantes e, talvez, por isso mesmo, menos visíveis.

A desigualdade mundial, incluindo aí a brasileira, é resultante do acúmulo desigual de riqueza a partir da pilhagem, acumulada ao longo dos últimos quatrocentos anos, de terras, commodities e trabalho que sustentaram a modernidade que se erigia na Europa e se impunha como colonialidade no Novo Mundo (QUIJANO, 2003). Este fato é o ponto fulcral da nossa resistente miséria. Miséria em sentido amplo, miséria em relação às condições econômicas, mas também em relação à formação de uma elite que se move como refugio da modernidade das metrópoles e “olha”, desde o litoral que aponta para a Europa, sempre com anseio de ser acolhida pela sociedade moderna, da qual é rebento. Nossa desigual condição é sentida por todos, inclusive pelas elites econômica e letrada, mas teve desdobramentos brutais nas classes precariamente incluídas e nos grupos considerados anátemas à modernidade eurocêntrica. Portanto, não é mero lugar-comum afirmar que há uma data em que se inicia nossa desigualdade: o início da colonização.

É a partir desta configuração histórica que se assenta nossa sociedade. Uma sociedade que em 2020 parece iluminar os caminhos para uma conflagração generalizada. Quando se observa em microescala, percebe-se que os estratos mais baixos da população continua repelida, espancada, assassinada e alijada de todos os direitos e garantias, como ocorre há centenas de anos, e esses estratos tem raça, gênero, identidade sexual e religiosa bem definidos e tem como principal diferença o fato de não serem ao mesmo tempo brancos, homens heteronormativos e de preceitos religiosos hegemônicos. Se no início da colonização havia um caráter deliberado, hoje há um mascaramento que torna ainda mais cínicas as declarações e políticas que argumentam em contrário do reconhecimento da brutalidade da nossa sociedade da “pacificação” (OLIVEIRA, 2016).

A marca indelével da nossa Colonialidade pode ser caracterizada pelo patriarcado e o racismo, que combinados forjaram e fundamentaram (e ainda fundamentam) a lógica do desenvolvimentismo, do progresso infinito, que tem sido o modo de acumulação de capital que estrutura as sociedades ocidentais, em particular as da América Latina. O sociólogo peruano Aníbal Quijano (2003) afirma que a raça é uma categoria mental da modernidade sem a qual o projeto colonial nunca teria sido empreendido.

A formação de relações sociais fundadas nessa ideia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: *índios*, *negros* e *mestiços*, e redefiniu outras. Assim, termos com *espanhol* e *português*, e mais tarde *européu*, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, como constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população (p. 202, tradução livre).

Por seu turno, a historiadora italiana Silvia Federici (2016) elabora a hipótese de que há

[...] continuidade entre a dominação das populações do Novo Mundo e a das populações da Europa, em especial as mulheres, durante a transição ao capitalismo. Em ambos os casos, populações inteiras foram expulsas de suas terras pela força, houve um empobrecimento em grande escala e campanhas de “cristianização” que destruíram a autonomia das pessoas e suas relações comunais. Também houve uma influência recíproca entre os dois processos, por meio da qual certas formas repressivas que haviam sido desenvolvidas no Velho Mundo foram transportadas para o Novo e depois reimportadas para a Europa (p. 380).

Ambos elementos de distinção (o patriarcado e o racismo) fundamentam-se em presumidas diferenças naturais/biológicas, uma dizendo respeito às diferenças, principalmente, físicas entre macho e fêmea e outra entre as tonalidades de pele e outras distinções anatômicas dos corpos humanos. Estas distinções (ou diferenças) são manipuladas narrativamente em benefício do grupo dominante, com vistas à legitimação de sua dominação. Como afirma Francisco Bethencourt (2018, p. 22) “[...] ao longo da história, o racismo na forma de preconceito étnico associado à ações discriminatórias foi motivado por projetos políticos”. Isto é, quando as distinções mencionadas são acionadas como legitimação da dominação de um grupo sobre outro(s), trata-se de projetos políticos e disputas de poder. Neste sentido, a subalternização e dominação dos corpos como modelo de controle de toda a sociedade foi chamada por Michel Foucault (1999) de biopolítica. Este autor inaugura o caminho para a análise política que considera no controle dos corpos um mecanismo para a instauração do capitalismo. Esta abordagem é essencial na análise da colonização. Muito mais que um controle da produção econômica das terras invadidas, a colonização se estruturou numa perspectiva de desigualdade ontológica dos corpos, seja o corpo negro indígena (chamado no Brasil colonial de “negro da terra”), o negro africano e/ou o corpo feminino.

Foi nas Américas, no Novo Mundo, que se deu, com muito sucesso, a implantação da biopolítica pelo ainda inovador sistema produtivo, o capitalismo. Tanto na metrópole (Europa) quanto nas colônias das Américas, o biopoder é a lógica a impulsionar a implantação da empresa colonial. Um dos pontos de distinção entre a contribuição de Foucault e autores com postura descolonial é a denúncia dos desdobramentos biopolíticos da colonização afetaram com especial ênfase as colônias e muito menos as metrópoles. Walter Mignolo (2003) e Achille Mbembe (2018), por exemplo, ampliam a noção de biopolítica em potentes críticas ao projeto colonial como geopolítica do conhecimento e como construtora de uma política que se pauta na morte, a necropolítica. Segundo Mbembe, o recrudescimento deste modelo político serviu

[...] para dar conta das várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, armas de fogo são dispostas com o objetivo de provocar a destruição máxima de pessoas e da criação de “mundos de morte”, formas novas e únicas da existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de “mortos-vivos” (p. 71).

Entre os preceitos que marcam a colonialidade está uma profunda hierarquização topológica. A força dos lugares de origem dos colonizadores se coloca como um profundo entrave na equalização das desigualdades marcantes que distinguem os lugares que outrora foram colônias. Embora chamados de lugares, a espacialidade de poder é também hierárquica e desigual na escala, pois enquanto a dominação provém de áreas com “aspectos de lugar”

(RELPH, 2014) – as cidades e localidades de onde provieram os colonizadores – as “vastas populações” em condição de mortos vivos estão naquelas situadas em vastas regiões, ou mesmo continentes, formando os já mencionados “aglomerados de exclusão”, ou espaços onde abundam tais aglomerados humanos.

A desigualdade que se desdobra da condição colonial tem múltiplas faces. Os recortes raciais e de gênero são algumas delas, e são tanto consequência como causa da Colonialidade, mas, infelizmente, não são as únicas. Outra consequência nefasta é a profunda desigualdade em como se constrói o sentido de lugar e o valor dos lugares de origem. Isto tem relação direta com as narrativas universalistas propaladas pelos povos europeus acerca de si mesmos e dos estereótipos sobre os povos e a natureza das terras colonizadas, a chamada “universalidade” (LANDER, 2003) ou “história única” (ADICHIE, 2019). Estes discursos forjaram potentes estruturas de dominação social que ultrapassaram a dimensão da violência física e se ancoraram na esfera simbólica. São incontáveis os exemplos em que os colonizadores europeus lançaram mão da dominação simbólica a partir de uma suposta superioridade cultural, lastreada pelo conhecimento científico e religioso que, no processo colonial ao contrário do que ocorria na Europa, nunca se opuseram. Contudo, basta lembrarmos que ainda no século XVII, em 1627, Frei Vicente do Salvador argumentava, no capítulo décimo segundo de sua “História do Brasil”, a propósito de apresentar o “gentio do Brasil”, sobre as diferenças deste gentio (como se não houvesse distinções entre os povos indígenas) para o fidalgo português. No entanto, esta diferenciação era desde o início profundamente hierarquizada, como se vê a seguir:

[...] que um fala todos os mais calam, e ouvem com atenção, mas nenhuma palavra pronunciam com f, l ou r, não só das suas, mas nem ainda das nossas, porque se querem dizer Francisco, dizem Pancicu; e se querem dizer Luiz, dizem Duhi; e o pior é que também carecem de fé, de lei e de rei, que se pronunciam com as ditas letras. Nenhuma fé tem nem adoram a algum Deus; nenhuma lei guardam, ou preceitos, nem tem rei que lha dê, e a quem obedeçam, senão é um capitão, mais para a guerra, que para a paz, o qual entre eles é o mais valente e aparentado; e morto este, se tem filho, e é capaz de governar, fica em seu lugar, senão algum parente mais chegado ou irmão (p.16 e 17).

Há, portanto, desde a criação do Brasil (e não há excesso em se generalizar para todas as colônias), uma postura hierarquizada que subalterniza a região colonizada em favor de uma condição simbolicamente superior das metrópoles coloniais e por isso mesmo garantidora da situação econômica de dominação. É nesta diferenciação desigual que se constrói, de século em século de escravidão e patriarcado, de exploração natural e de extermínio de povos e saberes, o desequilíbrio regional que se enxerga numa escala ampla, como a distinção países do Norte Global/Sul Global, como numa escala geograficamente menor, explícita na hierarquização

Cidade/campo e Centro/periferia. Estas distinções não são meras diferenças, são desigualdades. Desequilíbrios simbólicos fundados em hipervalorização de espacialidades tornadas centrais e subalternização de outras, tornando-as opacas e, por isso mesmo, periféricas, cuja exploração faz das primeiras espacialidades radiantes ao passo que estigmatiza estas últimas fazendo delas “lugares-sem-lugaridade” (RELPH, 2014, p. 25).

É na configuração desta tragédia geográfica que se configura uma identidade que, resultante da histórica negação e desprezo do seu povo, pode estar gestando um novo horizonte de integração regional. Pois, como explica Santos (1994), são estes “espaços opacos” que se configuram como zonas de resistência. Pode vir deles um novo caminho possível, uma alternativa pós-abissal.

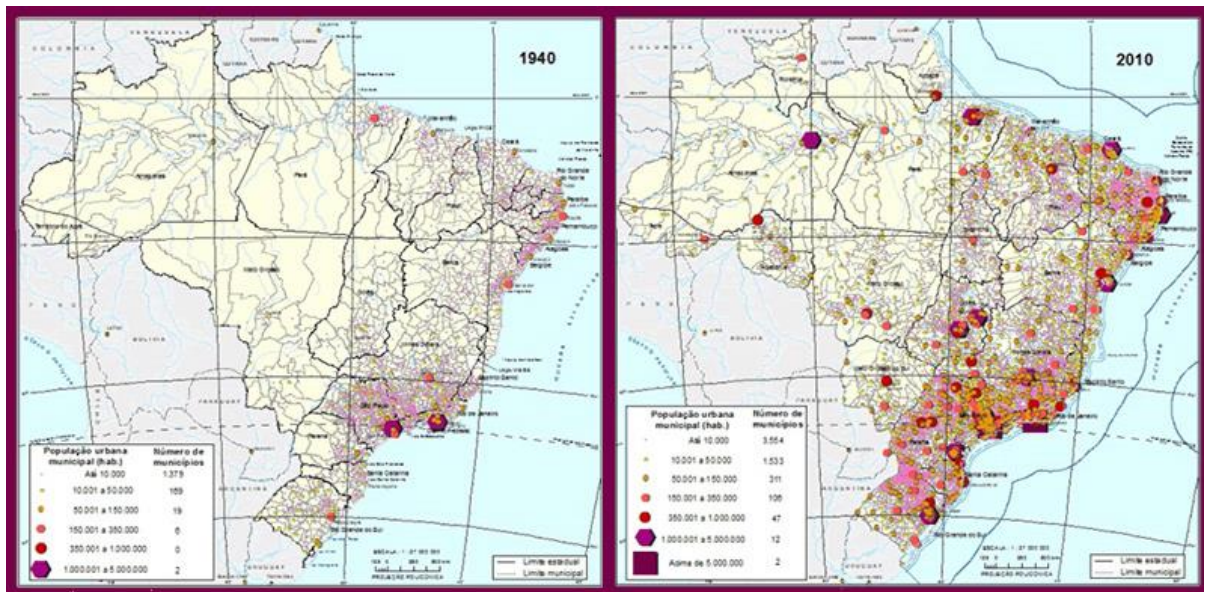
Opressão em escalas: do colonialismo internacional para o interno

Em uma forte crítica à noção benevolente de Gilberto Freyre de *autocolonização*, Victor Leonardi (1996) denuncia que a sociedade brasileira avança pelo interior do território promovendo um *colonialismo interno* que conta com o apoio da historiografia ideológica que valoriza os feitos da colonização. No entanto, esta operação não é exclusividade do Brasil. Em toda a América Latina, o processo de colonização foi imposto por meio de práticas disciplinadoras que capturaram mais que os corpos dos povos aqui submetidos à força, construíram um imaginário benevolente à dominação colonial.

A miscigenação forçada imposta pelo colonialismo também é resultante do processo que avança sobre o interior do território latino-americano de pilhagem do patrimônio natural, dos corpos dos povos originários e dos povos estrangeiros escravizados, como Eduardo Galeano (2015) denuncia com muita clareza.

A progressiva marcha desde o litoral para o interior do continente americano é iniciado pelos colonizadores estrangeiros, mas amplia-se por força das elites locais, que mantêm o ritmo de conquista e domínio de novos territórios mesmo (e principalmente) após a independência. Isto constitui uma das características do que Quijano (2003) chama de colonialidade. O avanço populacional oportunizado pelo empreendimento colonial para o interior significou o etnocídio, a destruição ambiental e consumo das áreas naturais.

A colonização é traço indelével da “elite do atraso” (SOUZA, 2017) que manteve a mesma ordem econômico-social da colonização para conservar privilégios que perpetuaram a gigantesca fissura social que é a marca de toda a América Latina. A desagregação social que marca a desigualdade sistêmica é visível no mapa. A figura 1, a seguir, mostra em dois tempos o avanço da sociedade moderna brasileira em direção ao interior do continente.

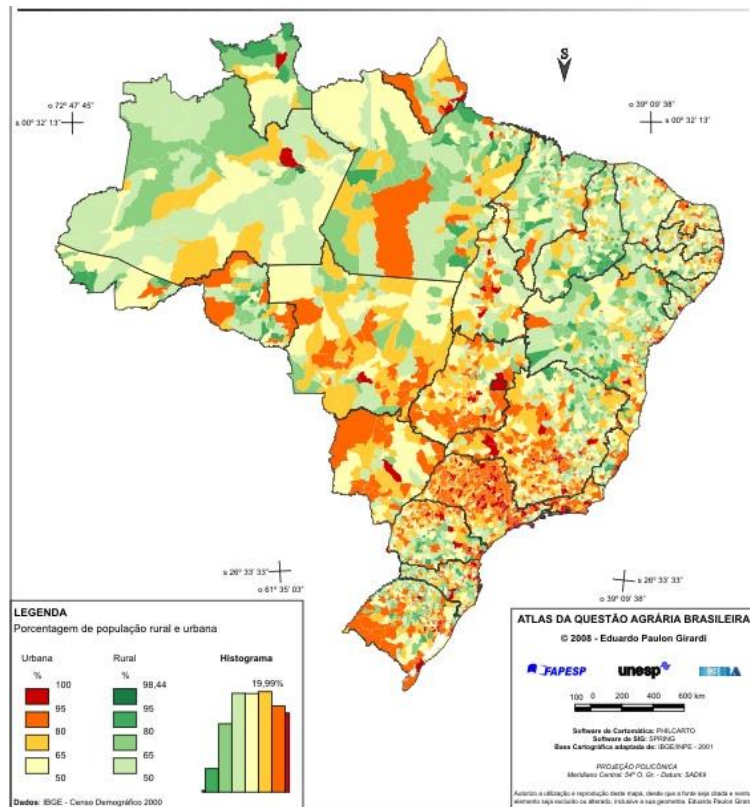
Figura 1: Urbanização Brasileira em Dois Tempos (1940 – 2010)

Fonte: <https://educa.ibge.gov.br/professores/blog.html?atividade=17689>

Este avanço demonstra o modo como a zona pioneira¹⁰ amplia de maneira constante o território adicionado aos processos de produção espacial da colonização. Este limite, também conhecido como fronteira agrícola, há menos de um século estava mais próximo do litoral em áreas que se consolidaram como áreas de população majoritariamente urbanas, mas a ampliação de zonas de produção do chamado agronegócio tem promovido uma urbanização sem precedentes no Brasil e na América Latina e levado a ampliação do desmatamento e ocupação ilimitada de áreas naturais de grande sensibilidade (Figura 2). A demonstração mais evidente é o chamado “arco do desmatamento” na Amazônia brasileira (figura 3).

Figura 2: Predominância de População Rural ou Urbana (2000)

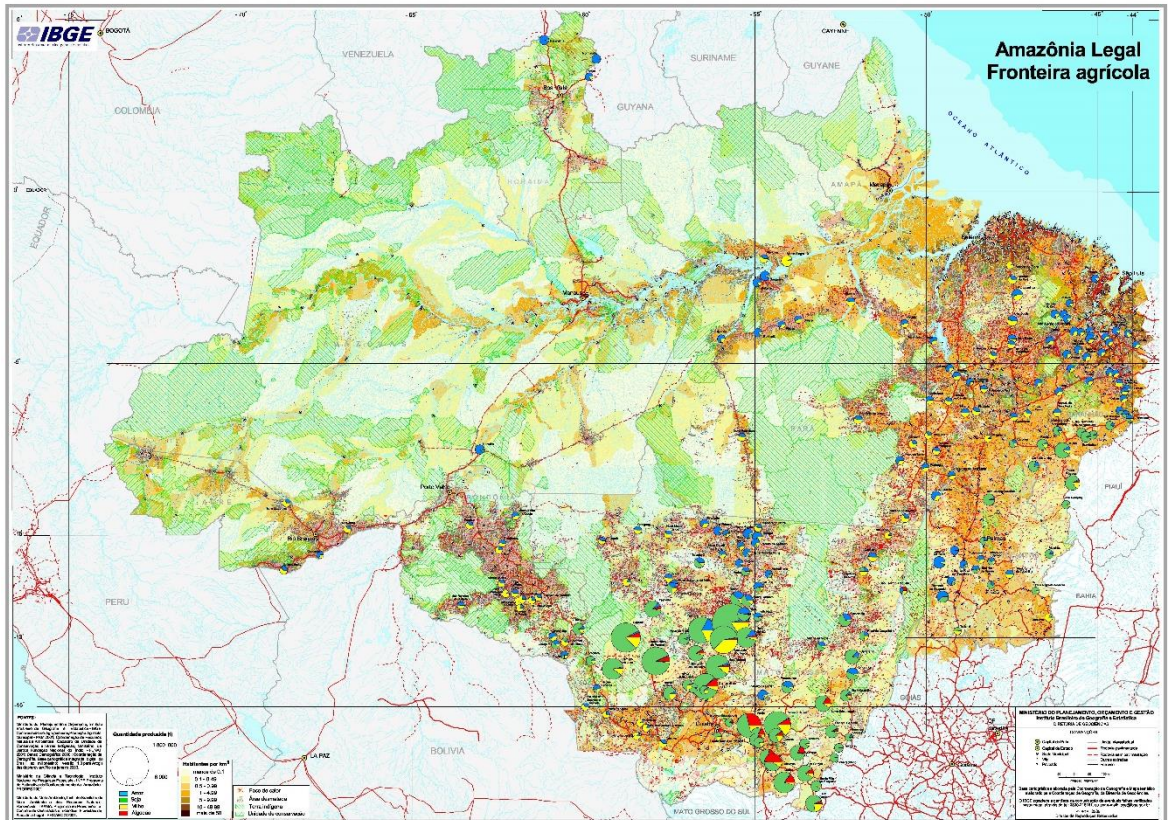
¹⁰ Como ficou conhecida no Brasil o fronte de ampliação territorial das áreas incorporadas à produção agropastoril (WAIBEL, 1955). José de Souza Martins, por sua vez, prefere chamar de frente pioneira ou frente de expansão, como chamava Darcy Ribeiro (MARTINS, 2009 apud QUEIROZ, 2012, p. 2)



Fonte: Atlas da Questão Agrária Brasileira

Uma das constatações que se depreendem do avanço do processo colonial é que colonização não implica apenas num processo econômico, como vem sendo difundido há muito tempo. Aliás, os ciclos econômicos coloniais são antes decorrência de um processo mais profundo de implantação de uma cultura sobre outras, conforme nos mostra Alfredo Bosi (1992). Segundo o crítico literário, o processo linguístico do qual resulta a palavra "colonização" tem sua origem, não por acaso, naquele que ocupa a terra alheia. Isto porque *colo* é a palavra grega que significa *eu moro, eu ocupo a terra*, que tem como um de seus derivados *incola*, o habitante. *Colo* é a palavra matriz de *colônia*, "espaço que se está ocupando, terra ou povo que se pode trabalhar e sujeitar" (BOSI, 1992, p.11). Entretanto, o que ocupa a terra ou a sujeita em lugar do *incola*, o habitante, é o *colonus*. Habitar e colonizar, portanto, tem a mesma origem, o que diferencia uma palavra da outra é que o prefixo da primeira e o sufixo da segunda designam uma mudança de status dos agentes sociais. Em *incola* eram habitantes autóctones, em *colonus* são migrantes ocupantes que passam a lavrar a terra ou fazer lavrar a terra alheia, enfim, "domesticá-la", por assim dizer. "O *incola* que emigra torna-se *colonus*" (p.12). Resta demonstrado, portanto, que colonizar não é nunca, apenas, uma exploração econômica, mas, antes, uma disputa de significados em torno de modos de existir.

Figura 3: Fronteira Agrícola na Amazônia Brasileira e o Arco do Desmatamento



Fonte: <https://sosgisbr.com/2013/09/02/mapa-da-amazonia-legal-fronteira-agricola-ibge/>

A colonização, em toda a América Latina, foi eivada de brutalidade e sofrimentos e o processo colonial se aplicou não somente às estruturas econômicas. Aliás, estas estruturas são resultantes da total dessubjetivação dos indivíduos, sejam os habitantes originários, sejam os trazidos para a escravização, e, numa situação privilegiada de poder, mas igualmente destituidora de subjetividade, o colonizador. No Brasil, este processo teve particularidades e seu desdobramento são sentidos até o momento. O mapeamento genético brasileiro provou¹¹ inequivocamente o que já se sabe desde a colonização: o massacre dos homens indígenas, a baixa expectativa de vida dos homens negros adultos e as poucas oportunidades de gerar filhos e o estupro de mulheres negras e indígenas por homens brancos. Está registrado no DNA da nossa geração os estigmas da colonialidade metaforizados no estupro territorial que construiu os contornos geográficos do país, fazendo da mestiçagem, do fenótipo negroide e indígena a “cara” do Brasil profundo, não aristocrático, do povo invisibilizado e subalternizado.

A nossa história é pródiga em exemplos e neste quesito o Nordeste do Brasil tem especial destaque. Sendo o ponto em que primeiro se concentrou a colonização e para onde

¹¹ A revista Superinteressante noticiou, na sua edição de 14 de janeiro de 2021, que o projeto DNA do Brasil que busca o sequenciamento de 100 mil genomas brasileiros, já revelou que o DNA mitocondrial de mais de 60% da amostra já analisada foi passado por ancestrais indígenas e africanas, enquanto o cromossomo Y, passado exclusivamente pelo pai, em 75% dos casos é proveniente da Europa. Cf.: <https://super.abril.com.br/especiais/a-historia-do-brasil-contada-pelos-genes/>

foram direcionados os primeiros escravizados africanos não seria estranho imaginar que as marcas coloniais seriam ali mais aprofundadas. O Nordeste brasileiro tem como característica indelével uma estranha combinação entre racismo e preconceito contra origem geográfica que estigmatizou populações distintas reunidas numa regionalidade inferiorizada. Há um fato histórico relevante mais recente que merece atenção porque parece ser o marco inicial desta inferiorização: a destruição do arraial de Bela Vista na malfada Guerra de Canudos (1897). Uma demonstração evidente do colonialismo interno e que, do nosso ponto de vista, funda também nossa permanente desigualdade regional.

Canudos, como ficou conhecido depois as ruínas do pequeno arraial, no interior da Bahia, foi arrasada após quatro ataques militares da recém-instituída república. Havia na capital um rumor que os rebeldes fossem promover uma insurreição armada para reinstaurar a monarquia. Na verdade, o arraial era um aglomerado de fugitivos, ex-escravizados e esquecidos famélicos que perambulavam pelo sertão nordestino que foram reunidos, sob a liderança de Antônio Maciel, o Conselheiro, com vistas a construir uma comunidade sacra. A história de sua origem e destruição é uma metáfora da construção do Brasil pós-colonial e um exemplo perfeito da glorificação da colonialidade. Após três intentos militares serem repelidos pelos conselheiristas, uma forte coluna militar se deslocou para o sertão com munição suficiente para arrasar todo o arraial. E assim foi feito. Testemunhando e relatando os fatos, estava Euclides da Cunha que escreve para denunciar o que considera criminoso a destruição de Canudos.

Em sua obra magistral, Cunha (2016) enleva o espírito do sertanejo, mas se fundamenta na noção de que o sertanejo é um flagelado que, apesar das agruras terríveis a que é submetido, ele “é um forte”. Arremata, descrevendo o sujeito do sertão como alguém “desgracioso, desengonçado, torto. Hérculos-Quasímodo, reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos [...]” (p. 115). Sua descrição do sertanejo atualmente ruboriza até os mais convictos racistas, mas era comum naquele momento de racionalismo racista se deparar com descrições populacionais pautadas no determinismo geográfico e no evolucionismo, evidentemente, com os povos brancos em posição de superioridade. Para Cunha, era lógico crer que uma população de mestiços caboclos, filhos de negras, de indígenas e de pessoas de pele escurecida, lábios grossos e cabelos crespos fossem naturalmente inferiores e, portanto, rapidamente dominados. Contudo, o testemunho ocular de Cunha, que gozava de grande prestígio, fazia desmoronar a premissa de superioridade branca. E seu relato, com a finalidade de fazer justiça aos sertanejos, oportunizou, nos círculos letrados do Rio de Janeiro – então capital – e da nascente São Paulo industrial, o surgimento a ideia de que os sertanejos eram fortes, portanto, resistentes, e de que o Norte

(ainda não havia a divisão regional que nomeasse os nordestinos¹²) era terra inóspita, de falta de água, lugar selvagem, de pessoas bárbaras e inferiores, o que supostamente é resultado das dores da vida sertaneja.

A semana de arte moderna de 1922, aponta o Brasil que se projetava e ele era a antítese do que se via nos sertões do Norte. As levas de migrantes que começavam a chegar nas capitais dos estados e, em menor quantidade, a São Paulo e Rio de Janeiro a partir das grandes estiagens de 1877 e 1915, associadas a visão de sofrimento calamitoso sem fim do sertanejo, construíram uma ideia de que tais lugares eram *naturalmente* inferiores¹³. Tanto quanto seu povo.

O Nordeste e o nordestino miserável, seja na mídia ou fora dela, não são produto de um desvio de olhar ou fala, de um desvio no funcionamento do sistema de poder, mas inerentes a este sistema de forças e dele constitutivo. O próprio Nordeste e os nordestinos são invenções destas determinadas relações de poder e do saber a elas correspondentes [...] (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999, p. 21).

O ponto do território que primeiro recebeu a colonização na face oriental do continente latino-americano não por acaso é o que tem maiores dificuldades de se inserir na dinâmica econômica capitalista. A imagem do que ocorrera na macro-escala, entre a América Latina e as metrópoles europeias, o Nordeste foi explorado e expropriado, restando-lhe a imagem de lócus miserável de gente feia e incapaz ou de belezas exóticas e sensuais, mas submissas e dependentes. Tal como a lógica abissal que dá sentido à relação entre a metrópole e a colônia, assim também se construiu a relação entre o Sudeste colonizador (como uma metonímia dos colonos europeus) e o Nordeste e seu povo, simulacro dos povos colonizados e seus descendentes.

Assim se deu a presença dos migrantes nordestinos, chamados primeiramente de *nortistas*, no centro dinâmico do país. E isto levou as sociedades destes centros a enxergarem nos seus cotidianos a presença destas pessoas como algo exótico e, muitas vezes, incômodo. E a narrativa de Euclides da Cunha não só descrevia sua origem como lhes atribuía um sentido de ser e uma adjetivação: eram “fortes”.

Diante disso, a presença do migrante *per se* é fator de exposição e questionamento da condição colonial. No caso do Brasil, como espaço de tensões e enfrentamentos da lógica

¹² A definição da regionalização que cria o Nordeste entre as regiões do Brasil, só é estabelecida a partir de 1942 com a criação das regiões Nordeste Oriental e Ocidental. Só em 1970 que a o Nordeste foi unificado numa única região que passou a incluir também a Bahia.

¹³ Caio Maciel e Emilio Pontes (2015) fazem uma importante contextualização do debate acerca da convivência com o clima semiárido brasileiro. Nela, demonstram que a caatinga (ecossistema predominante do sertão nordestino) sequer era tida como um bioma. Tanto que foi ignorada no rol de biomas a serem preservados na promulgação da constituição de 1988, sendo inserida apenas em 1995, por emenda constitucional juntamente com o cerrado.

globalitária, a migração interna em toda a sua complexidade se coloca como um pleno exemplo do *modus operandi* do modelo vigente da globalização, em que os “braços” afluem para os locais de demanda de força de trabalho, sem que isso signifique necessariamente ganhos sociais e qualificação humana. O Nordeste e o nordestino, como espacialidade e identidade de uma de nossas mais significativas mobilidades internas, encarnam uma espécie de “diferença colonial” (MIGNOLO, 2003) interna, marcada por uma “racialização” da distribuição do trabalho e da renda (algo já apontado por Maldonado-Torres, 2008), em que a lógica econômica global se torna evidente na meso-escala regional da desigualdade cultural que se desdobra na distribuição desigual do trabalho e da renda entre as regiões.

Esta distribuição do trabalho, pautado numa lógica racialista também de caráter biológico, materializa um racismo diferenciado e, muitas vezes sutil, visto que não envolve necessariamente as cores da pele, mas sim formas do corpo que estigmatizam o migrante no Sudeste: o “cabeça-chata” é uma alcunha depreciativa claramente inspirada no formato comum da cabeça de alguns nordestinos, especialmente os de origem sertaneja (segundo Caio Prado Jr. [2000] uma herança indígena). Uma diferença inscrita no corpo que se confirma na fala, quando os sotaques característicos do Nordeste, distintos do restante das regiões brasileiras, são ouvidos e em muitas ocasiões motivo, junto com as diferenças físicas, de definição social deste grupo, sempre um “lugar social” inferiorizado. Agregue-se a isto a história sempre vinculada à pobreza e às privações. Alcinhas como “pau-de-arara”, fazendo referência aos transportes precários e à pobreza das condições destas pessoas também fortalecem o estigma.

Esse “racismo” pautado em outras diferenças físicas que não somente a cor da pele, por ser pouco nítido, sequer é percebido como tal, mas seus resultados são tão nefastos e prolongados no tempo quanto o racismo pautado na cor da pele, que no caso nordestino, muitas vezes ocorrem simultaneamente. Mbembe (2011) afirma que a *raça* se constituiu na “sombra sempre presente sobre o pensamento e as práticas das políticas ocidentais, sobretudo quando se trata de imaginar a inumanidade dos povos estrangeiros e a dominação que se deve exercer sobre eles” (p. 22, tradução livre). Portanto, não é estranho que, num contexto de “colonialismo interno”, a lógica ocidental aplicada aos estrangeiros seja aplicada também aos migrantes internos provenientes de regiões mais pobres e estigmatizadas como o Nordeste.

Colonialismo do Brasil de dentro para fora

O ideal colonial foi uma herança deixada pelos colonizadores europeus. As elites político-econômicas locais reproduziram a mesma lógica após as revoluções de independência. Aplicando no interior dos seus territórios ações que submeteram, aculturaram e exterminaram

povos indígenas e grupos que se rebelaram contra a nova ordem política subalternizadora dos recém-independentes países, como vimos anteriormente no Brasil.

Os sucessivos governos deste país, no entanto, vem aplicando com particular ênfase, a mesma estratégia que aplicou internamente, apresentando-se na própria região como um agente colonizador. Neste sentido, consideramos como elemento fundacional do colonialismo brasileiro em relação aos seus vizinhos a Guerra da Tríplice Aliança que marca a postura subserviente da diplomacia brasileira frente aos interesses britânicos, naqueles idos de 1860, e a fundação do exército brasileiro enquanto instituição de tutela interna e de busca de hegemonia para fora. A postura antilatina do governo e da sociedade brasileira se confunde com o antindigenismo, muito presente nas posturas das sociedades dos vizinhos andinos/amazônidas, o que denuncia a mesma lógica de subalternização tanto na colonização espanhola como na portuguesa. A permanente dificuldade brasileira em se reconhecer latino-americano denuncia a postura arrogante dos sucessivos governos e da atrasada elite brasileira em admitir que os povos originários são não só dignos de direitos como são também os habitantes anteriores do território, o que deveria lhes garantir uso-fruto da terra e a posse sempiterna dos seus territórios ancestrais. Além do fato de que não reconhecer os vínculos que unem os povos latino-americanos no sofrimento da colonização nos impede de reconhecer seu legado nefasto e nos posiciona como adversários interesseiros e não como fraternidade com origens semelhantes e destinos convergentes. Infelizmente esta não é uma postura exclusiva da elite brasileira, é comum em muitos países da região, o que recrudesce a colonialidade do ser latino-americano, que parece renovar sua vigência no interior das sociedades dos seus 20 países e nas relações entre si em pleno século XXI.

O neo-liberalismo se reforça à medida que a fraca rede de proteção social dos países historicamente é desintegrada, e é desintegrada também por força de uma reconfiguração do imaginário da própria América Latina. O desmantelamento das redes de direitos sociais carece, para sua plena execução, de destruição das garantias democráticas e da implementação de políticas de controle populacional. Por isso, o alarde em torno de pautas que se focam em discursos que atingem antes o imaginário patriarcal e colonial latino-americano: o machismo (campanhas anti-aborto legal, hipervalorização do padrão heterormativo de família e até mesmo a falácia do “orgulho hétero”) e o racismo (marcado pelo genocídio deliberado do povo negro em particular os jovens). Tudo isso tem sido alimentado pela renovação (por assim dizer) do conservadorismo no mundo todo, e na América Latina não está sendo diferente, e há nuances relevantes a se considerar, mormente as que se referem ao papel da religião.

Nesta região, desde sua colonização, muitas vertentes religiosas cristãs têm exercido papel determinante na manutenção do imaginário colonial como parte do processo de

proselitismo. Até o início do século XIX, o catolicismo foi religião oficial em quase todos os países, mas na mesma medida que os EUA ascenderam como estado imperialista e ampliando sua influência na região, a partir da primeira metade do século XX, as derivações do protestantismo americano avançaram, ocupando espaços antes comuns aos domínios católicos.

Atualmente, há uma disputa em torno da hegemonia do imaginário popular que têm nas religiões cristãs uma peça motriz. No Brasil, de onde se observa o panorama para a escrita deste ensaio, há que se considerar a renovação carismática católica uma forte opositora aos posicionamentos do papado do argentino Jorge Bergoglio, o Francisco, que tem discursos sensíveis às questões sociais e ao cuidado das minorias discriminadas. Os vários grupos carismáticos, surgidos no final dos anos 1960¹⁴, em geral, confrontam-se com os ensinamentos da Teologia da Libertação¹⁵ e estão posicionados em classes sociais urbanas mais altas. Todavia, o viés religioso que vem despertando mais atenção se refere às igrejas evangélicas, especialmente as neopentecostais e/ou aquelas vinculadas à teologia da prosperidade¹⁶. Estas igrejas têm avançado de modo progressivo sobre a massa populacional e suas pregações têm moldado grande parte do imaginário brasileiro.

Sendo um “ativo” em franca produção/expansão no Brasil, as igrejas evangélicas não são uma criação do povo brasileiro, tampouco a teologia da prosperidade, mas grassaram na periferia das grandes metrópoles brasileiras e encontraram ampla aceitação nas camadas populares num contexto de avanço das políticas de inclusão social e ampliação da classe média. Entre a segunda metade dos anos 1990 até o fim da primeira década dos anos 2000, o Brasil ampliou o consumo das famílias pobres, constituídas em sua maioria de operários/trabalhadores braçais e/ou com baixa escolarização, que se constituíram nos anos 1960/70 juntamente pela explosão populacional e o processo de periferização das metrópoles do país.

Segundo o censo demográfico 2010, 60% dos evangélicos brasileiros são pentecostais o que significa aproximadamente 8 milhões de pessoas, o que constitui o grupo religioso com o maior número de pessoas pretas e pardas do Brasil (OLIVIERA, 2004). É neste conjunto de religiões, de forte apelo popular, que tem sido forjada grande parte do discurso conservador que

¹⁴ Segundo Pedro Ribeiro de Oliveira (1977), a Renovação Católica surgiu nos EUA, em 1967, visando dar um caráter mais carismático ao catolicismo, com vistas a busca dos “dons do Espírito Santo”. Abarca classes médias e altas e está mais associado a uma postura individual que coletiva em relação à divindade.

¹⁵ Doutrina católica criada e difundida na América Latina nos anos 1970 que tinha forte influência do pensamento crítico social e estava diretamente vinculada a luta por reforma agrária e defesa dos direitos do campesinato.

¹⁶ Também conhecida como Confissão Positiva, a Teologia da Prosperidade é uma doutrina cristã que defende o acúmulo de riquezas, exaltando os privilégios que a riqueza material e o dinheiro podem trazer, sob o argumento que se trata de benesses divinas em retribuição a fé.

reforça um imaginário patriarcal e subserviente. Este discurso foi rapidamente apropriado pela nova direita reacionária, neoliberal e, por isso mesmo, neomaltusiana¹⁷. Uma incoerência que diz muito sobre os rumos que a lógica capitalista atual vem fazendo a América Latina trilhar.

A principal destas religiões, a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), criada no Brasil por um ex-adepto de religião de matriz africana, utiliza de ritos inspirados nestes cultos para demonizá-los e se aproveita dos flagelos sociais para vender soluções pautadas unicamente na crença individual. Reproduzindo a lógica que se a “benção” desejada ocorrer, a igreja foi a mediador, mas se não ocorrer é porque a fé individual foi pequena. Este modelo religioso foi tão bem sucedido no Brasil que passou a influenciar decisivamente o processo eleitoral ainda nos anos 1980. Além disso, o poder (financeiro inclusive) que se acumulou permitiu que estas religiões se tornasse verdadeiros negócios e como bons negócios que eram se tornaram bons ativos empresariais. Isso levou a um processo de “exportação” das diversas “igrejas” para todo o continente e fora dele (África e Ásia), contando inclusive com o apoio diplomático dos governos brasileiros. O método é o mesmo de outrora implementado pelos colonizadores: a missão evangelizadora de “pregação da Palavra”.

O resultado é visível em todo o mundo. Há missionários brasileiros espalhados pelo planeta, financiados por igrejas de todo o país, todavia há mais que isso. Os líderes religiosos locais começam a influenciar as políticas dos países latinoamericanos. O caso mais emblemático na região, além do Brasil, é o da Bolívia e mais recentemente, fora da região, a expulsão de pastores da IURD da Angola. Na Bolívia, um golpe de estado articulado e encaminhado por forças evangélicas aliançadas com militares depôs o presidente eleito Evo Morales e fez uma senadora assumir a cadeira presidencial. Após a eleição popular que reorganizou as forças democráticas, a senadora Jeanine Añez foi presa, mas o país segue em tensão política que resume a luta entre os indígenas deslocados e subalternizados e as classes média e alta urbanas e especialmente aquelas que vivem fora do Altiplano (uma reedição local das permanentes disputas entre os povos originários e os descendentes dos colonizadores).

No Brasil, a força destas religiões têm levado a que se configure um poder transversal ao do Estado, capturando a política partidária e moldando políticas públicas que remontam processos que se achavam ultrapassados, como o impedimento do ensino de educação sexual nas escolas. Há múltiplos interesses que beneficiam os líderes destas igrejas a manterem uma agenda conservadora, mas o fato é que suas mensagens têm reforçado no imaginário coletivo pautas ligadas a aculturação indígena e ao etnocídio, à subalternização das mulheres e pessoas

¹⁷ Segundo Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo está fundamentado na lógica do Darwinismo Social e no Evolucionismo extremo de Herbert Spencer, o qual faz alusão direta ao pensamento de Malthus, para quem “nem todos os homens são convidados para o grande ‘banquete da natureza’” (p. 52).

negras, além do reforço à discriminação e violência às pessoas de identidade LGBTQIA+. Há, por causa disso, um quadro de estresse social mais intenso do que outrora o que tem dado relevo ao poder das igrejas evangélicas e do lastro que elas possuem na conformação do imaginário colonial que valoriza os padrões subalternizadores sempre vigentes.

Reflexões em torno da emancipação: mudando rumos do destino

O ponto de inflexão a que chegamos parece se mostrar nos percursos que deveríamos trilhar enquanto latino-americanos daqui em diante. Até aqui, reconhecemos o flagelo da colonialidade como elemento intrínseco da subalternidade deste continente/região. A consumação do patriarcado conjugado à escravidão como condicionantes do trabalho e da vida social e a exploração do patrimônio natural como *modus operandi* da existência econômica destas nações, parece ter erigido sociedades cujo imaginário tem sido moldado pela dependência e aprovação do Norte global. Enveredamos uma condição ontológica que nos aprisionou de modo peremptório. Mas será inescapável esta condição que se materializa nos gigantescos aglomerados de exclusão (HAESBAERT, 1995) e na dependência de uma lógica desenvolvimentista?

Impulsionada por Paulo Freire, bell hooks (2017) insta os leitores a abandonarem a condição de objetos assumindo a condição de sujeitos de sua existência. Na mesma direção, mas em outra geografia, Ailton Krenak (2020) nos mostra que a vida ultrapassa a noção utilitária apresentada como única via possível de realização social. A não “utilidade” da vida clama aos humanos a urgência de se experimentar a existência sem dela esperar um resultado meritório. A vida não é útil, por assim dizer, a vida é cósmica. E como parte do cosmo que somos, carecemos apontar o desencaixe que a lógica neoliberal tem trazido não só para os povos da América Latina, mas para todo o mundo.

Talvez uma das vantagens do nosso tempo seja a visibilidade nítida dos inimigos a serem combatidos. A onda fascista parece ter refluído, mas como diz o aforismo atribuído a Brecht: “a cadela do fascismo está sempre no cio” e, uma vez que a crise econômica é permanente no capitalismo, agravada pela COVID-19, é necessária a vigilância. Todavia, o desafio latino-americano vai muito além do combate ao fascismo. Deve caminhar na direção da emancipação dos seus povos e neste sentido, o combate ao racismo/machismo como chave para a luta contra o neoliberalismo associado às pautas dos direitos da natureza, parecem acenar como políticas macrorregionais unificadoras urgentes.

A bandeira do bem viver pode ser uma força de unificação regional que fortaleça as parcerias Sul-Sul e desloque o eixo hegemônico de poder. Neste sentido, o diálogo pragmático

com a China, EUA e demais países que cortejam posturas coloniais não deve ser descartado, mas prioridades de parcerias devem ser ensejadas com povos e países com trajetórias que atravessam a América Latina, em especial os países da África. Isto, do ponto de vista macrorregional.

Numa escala local, parece que um grande desafio é desarmar a armadilha neopentecostal na qual a população preta e pobre tem sido maciçamente “aprisionada” por pastores/políticos. Não se pode desprezar o “estamento” religioso que, em muitos casos, articula-se com militares, sobretudo os de baixa patente, que amplificam localmente as lógicas coloniais reprodutoras de estruturas de poder que tem facilitado a ação de grupos violentos enraizados nas microescalas.

É urgente que os povos e grupos subalternizados da América Latina se conscientizem como sujeitos responsáveis pelo seu próprio destino e isto implica diretamente no esforço de emancipação do próprio imaginário. Este processo terá como desdobramentos, em primeiro lugar, a compreensão de que a América Latina foi uma invenção fruto de uma brutal invasão e expropriação de colonizadores estrangeiros e sem qualquer compromisso com sua existência. Talvez seja hora dos povos avançarem na construção de sentidos para Abya Yala.

Por outro lado, como dito no início, América Latina é uma construção política das elites crioulas, as elites do atraso, mas pode ser perfeitamente apropriada e ressignificada pelos povos e seu imaginário social. Como ocorreu com as línguas. É impossível que o espanhol e o português, mesmo sendo línguas coloniais cuja implantação foi resultado de uma violência simbólica extrema, deixem de ser a língua materna de muitas destas sociedades, ao menos no médio prazo. Contudo, estas mesmas línguas coloniais podem servir para se imaginar e significar mundos emancipados com valorização das culturas subalternizadas. O fato é que seja para denominar América Latina ou Abya Yala, este imenso território precisa ser representado por quem o experiência de fato e o mantém.

Em segundo lugar e em decorrência deste processo de autorreconhecimento e construção da identidade latino-americana (ou algo que o valha), é importante reconhecer que não haveria mundo moderno-colonial sem que houvesse a colonização europeia nas terras ao ocidente do oceano Atlântico. As Américas, e a Latina em particular, serviram de “outro” aos europeus, isto é, a auteridade dos povos e dos ambientes do continente a ser explorado serviu como pretexto fundante a uma suposta identidade europeia. Neste sentido, a “diferença colonial” (MIGNOLO, 2003) estabeleceu uma verdadeira “geopolítica do conhecimento”, subalternizando como condição *sine qua non* todo o universo de conhecimentos dos povos originários e dos que foram trazidos à força para o trabalho. E a compensação para a diferença colonial é a produção de um pensamento-ação das/nas margens, um “pensamento liminar”, no dizer de Walter Mignolo, com vistas a uma ruptura epistemológica.

Neste sentido, a América Latina, desde sua origem aparece como a espacialidade que pariu a modernidade/colonialidade, o útero para uma cria que tem vampirizado sua progenitora. Não haveria Europa e pensamento moderno sem a exploração das terras e massacre e/ou submissão epistêmica aos colonizadores europeus. Do mesmo modo, as profundezas abissais do Atlântico não foram apenas gigantescas distâncias geográficas, foram e ainda são afastamentos estratégicos da destruição e sujeira que a estética higienizada europeia realizou fora dos seus territórios.

Mas de onde proveio a tragédia para tantos, pode vir também a transformação. O questionamento cada vez mais profundo e amplo forjado nas práticas dos povos subalternizados tem acenado para a estruturação de práxis que compõem o pensamento limitar. A crítica ao desenvolvimentismo, uma versão menos opressora do neoliberalismo, tem promovido experiências notáveis e renovado a oposição ao modelo de acumulação e à lógica do infinito crescimento econômico que explora ambientes naturais, corpos subalternos e submete imaginários à pautas econômicas hierarquizadoras. Para isso, tem sido repensadas as noções de riqueza e pobreza, bem como o raso ideal capitalista de felicidade pautada na propriedade privada.

A América Latina foi até pouco tempo¹⁸ o útero para a gestação de novos projetos que revisam e se opõem aos modelos econômicos clássicos, e assim, tem garantido não só novas formas de se produzir riqueza e renda, como alternativas políticas que garantam direitos, mormente o de viver, mas acima de tudo, viver bem. Daí a noção de “bem viver” (*buen vivir*) ser uma construção de povos indígenas andinos, mas estar em franca disseminação na região, inclusive construindo inovadoras formas de viver urbanos – para que não se restrinja o entendimento unicamente aos ambientes naturais ou ao modo de vida campesino (IBAÑEZ, 2016). Estas novas (?) pautas tem engendrado processos inovadores de regionalização, como o do plurinacionalismo do estado boliviano e a garantia dos direitos da Natureza promulgados na constituição do Equador (ACOSTA, 2016). Também há que se considerar a micro-escala, como as práticas locais que envolvem a reivindicação da remoção de barragens, restaurando rios, por parte de povos indígenas e outras populações tradicionais (MARQUES et al., 2018) e a garantia da manutenção do seu crescimento populacional.

A América Latina, Abya Yala, Pindorama (e outros nomes tradicionais), esta macro-região que congrega uma infinidade de fazeres e saberes sobre a vida, esta entidade-mãe clama pelo parto de uma nova existência. Como útero violado que outrora serviu à gestação desta

¹⁸ Foi na América Latina que, nas décadas recentes, esforços coletivos tomaram vulto que serviram de referência para a luta de outros grupos. Zapatistas, MST, Cocaleros, Seringueiros, entre outros foram relevantes para apresentarem outras formas políticas que não exclusivamente o que deriva da política e economia de matriz liberal.

realidade opressora, investimento da modernidade capitalista, agora parece reivindicar a
prez de um novo mundo irmanada à outras realidades geográficas de todo o planeta que não
se dobram a lógica que nos condena a todos à exaustão da existência subalterna.

Referências Bibliográficas

ACOSTA, Alberto. O Bem-Viver: Uma Oportunidade para Imaginar Outros Mundos. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2014.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. A invenção do Nordeste e Outras Artes. São Paulo: Cortez, 1999.

BAUMAN, Zigmund. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BETHENCOURT, Francisco. Racismos: Das Cruzadas ao Século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BOSI, Alfredo. Dialética da Colonização. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CARILLA, Emilio. Las “Dos Américas” y El Romanticismo. Thesaurus: boletín del Instituto Caro y Cuervo, 50 (1-3), 1995, p. 443 - 466.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. “Oprimidos Pero No Vencidos”: Luchas del Campesinado Aymara y Quechwa 1900-1980. La Paz: Hisbol, 2010.

CUNHA, Euclides. Os Sertões. São Paulo: Ubu Editora/Edições Sesc São Paulo, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Introdução e Capítulo 1. In: DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DO SALVADOR, Frei Vicente. História do Brasil – Livro Primeiro. Domínio Público, 1627.

FEDERICI, Silvia. Calibã e a Bruxa: Mulheres, corpo e acumulação Primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade (Vol. I): Vontade de Saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

FUKUYAMA, Francis. O Fim da História e o Último Homem, Rocco, 1992

GALEANO, Eduardo. As Veias Abertas da América Latina. Porto Alegre: L&PM, 2015.

GEORGE, Pierre. Geografia da População. São Paulo: DIFEL, 1981.

GONZÁLEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. São Paulo: Zahar, 2020.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização e Identidade: A Rede “Gaúcha” no Nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.

_____. Regional-Global: Dilemas da Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A Nova Des-Ordem Mundial*. São Paulo: Ed. Unesp, 2006.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

hooks, bell. *Ensinando a Transgredir*. São Paul: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

IBAÑEZ, Mario Rodriguez. *Ressignificando a Cidade Colonial e Extrativista: Bem Viver a partir de Contextos Urbanos*. In: DIGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (Orgs.). *Descolonizar o Imaginário: Debates sobre Pós-Extrativismo e Alternativas ao Desenvolvimento*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

KRENAK, Ailton. *A Vida não é Útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LACOSTE, Yves. *Os Países Subdesenvolvidos*. São Paulo: DIFEL, 1981.

_____. *A Geografia - Isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra*. Campinas: Papirus, 1993.

LEONARDI, Victor. *Entre Árvores e Esquecimentos: História Social nos Sertões do Brasil*. Brasília: Paralelo 15 Editores, 1996.

MACIEL, Caio Augusto Amorim; PONTES, Emilio Tarlis. *Seca e Convivência com o Semiárido: Adaptação ao Meio e Patrimonialização da Caatinga no Nordeste Brasileiro*. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

MALDONADO-TORRES, Nelson. *La Descolonización y el Giro Des-colonial*. *Tabula Rasa*. Bogotá, nº 9, pp. 61-72, julio/diciembre, 2008.

MARQUES, Juracy; TOMAZ, Alzení; SOUSA, Leonardo S. C. et al. *Danos Simbólicos e Valorização Ambiental: Um Estudo de Caso da Bacia do Rio São Francisco*. In: MARQUES, J.; WAGNER, A.; MENEZES, L. (Orgs.). *Barrando as Barragens: O Início do Fim das Hidroelétricas*. Manaus: UEA Edições/PNCSA, 2018.

MARTINS, Luciano. *Um Mundo em Transformação*. In: VELOSO, J. P. R.; MARTINS, L. (Coord.). *A Nova Ordem Mundial em Questão*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1999.

MBEMBE, Achile. *Necropolítica*. Madrid: Editorial Melusina, 2011.

_____. *Necropolítica: Biopoder, Soberania, Estado de Exceção, Política de Morte*. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MIGNOLO, Walter. *Histórias Locais/Projetos Globais: Colonialidade, saberes subalternos e Pensamento Liminar*. Belo Horizonte: EDUFMG, 2003.

OHMAE, Kenichi. *O fim do Estado-nação*. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

OLIVEIRA, João Pacheco. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

OLIVEIRA, Márcio Piñon. América Latina: Legado Socioespacial e Globalização. In: HAESBAERT, Rogério (Org.). Globalização e Fragmentação no Mundo Contemporâneo. Niterói: EDUFF, 2001.

OLIVIERA, Marco Davi. A Religião Mais Negra do Brasil: Por que os negros fazem opção pelo pentecostalismo? Viçosa: Editora Ultimato, 2004.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. A renovação Carismática Católica: Notas de Pesquisa. In: Cadernos do ISER, nº 6, março de 1977, p. 25 – 30.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Verbete Abya Yala. Enciclopédia Latinoamericana (on line). Ed. Akal: Madrid, 2006. Disponível em <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/a/abya-yala>. Acesso em 20/08/2021.

POZZO, Aníbal Orué. Paraguay y Sus Fronteras. Apuntes sobre Culturas em Movimiento em Territorios que se Reconfiguran. In: PEREIRA, D. A. (Org). Cartografia Imaginária da Tríplice Fronteira. São Paulo: Dobra Editorial, 2014.

PRADO JÚNIOR, Caio. A Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia. São Paulo: Brasiliense; PubliFolha, 2000.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. JOSÉ DE SOUZA MARTINS E OS CONCEITOS DE FRENTE DE EXPANSÃO E FRENTE PIONEIRA. In: XII Encontro da Associação Nacional de História, Seção Mato Grosso do Sul. Aquidauana, MS. Anais eletrônicos... Disponível em: <
http://www.encontro.ms.anpuh.org/resources/anais/38/1409926373_ARQUIVO_JosedSouzaMartinseosconceitosdefrentedeexpansaoefrentepioneira.pdf>

QUENTAL, Pedro de Araújo. A Latinidade do Conceito de América Latina. GEOgraphia. V.14, nº 27, 2012.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (Comp.). La Colonialidad del Saber: Eurocentrismo y Ciencias Sociales – Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2003.

RELPH, Edward. Reflexões sobre a Emergência, Aspectos e Essência de Lugar. In: MARANDOLA Jr., E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. (Orgs). Qual o Espaço do Lugar? Geografia, Epistemologia, Fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2012.

RIGON, Heloisa Costa. Clorinda Matto de Turner: A Literatura com Denúncia dos Conflitos Políticos e Sociais no Peru. São Paulo: Mentis Abertas, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para Além do Pensamento Abissal: das Linhas Globais a uma Ecologia dos Saberes. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Orgs.). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Kauê Lopes. Ouro por Lixo: as Inserções de Gana na Divisão Internacional do Trabalho. São Paulo: Pallas, 2021.

SANTOS, Milton. Técnica, Espaço e Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

- _____. O Dinheiro e o Território. GEOgraphia. Niterói, ano 1, nº 1, 1999, p. 7-14.
- _____. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- _____. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: EDUSP, 2002.
- SOUZA, Jessé. A Elite do Atraso: da Escravidão à Lava-Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.
- SINGER, Paul. Economia Política da Urbanização. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.
- THRIFT, Nigel. Visando o Âmago da Região. In: GREGORY, D.; MARTIN, R.; SMITH, G. (Orgs.) Geografia Humana: Sociedade, Espaço e Ciência Social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.
- VESENTINI, José William. Novas Geopolíticas. São Paulo, Contexto, 2005.
- VIRILIO, Paul. Velocidade e Política. São Paulo: Estação da Liberdade, 1996.
- WAIBEL, Leo. As Zonas Pioneiras do Brasil. Revista Brasileira de Geografia, Ano XVII, nº 4, outubro-dezembro de 1955, p. 389 – 422.
- ZUSMAN, Perla. Paisajes de Civilización y progreso. El viaje de Sarmiento a los Estados Unidos (1847). In: ZUSMAN, P.; LOIS, C.; CASTRO, H. (Compiladoras). Viajes y Geografías. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007.